

A gazeta, Vitória, ES - 30/05/2006 - Págs. 18 - ES  
A10.480

EXPLORAÇÃO DECISÃO PODE AFETAR A OITAVA RODADA PARA O LEILÃO DE NOVOS BLOCOS

# Hartung vai a Brasília discutir portaria que limita produção de petróleo

## Governador tem encontro marcado com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff

RITA BRIDI  
rbridi@redgazeta.com.br

As preocupações do governo estadual com a possibilidade de prejuízos futuros à atividade de petróleo e gás por conta da criação da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, serão apresentadas, amanhã, à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante a audiência que ela concede ao governador Paulo Hartung.

O documento que será entregue à ministra foi elaborado na tarde de ontem. A assessoria do governador não antecipou o teor do documento, destacando que além de entregar a carta, Hartung vai conversar com a ministra a respeito do assunto. A audiência será no período da tarde.

A Portaria 39/2006 foi publicada pelo Ibama na semana passada e trouxe preocupação por conta da possibilidade de comprometer, na visão do governo estadual, a produção de petróleo e gás no Espírito Santo, que recentemente passou a ser o segun-

do produtor do país, com média diária de 90 mil barris.

**OUTRO LADO.** O superintendente regional do Ibama, Ricardo Vereza, reafirmou na tarde de ontem que a criação da Zona de Amortecimento do Parque

O governador Paulo Hartung e integrantes da bancada federal vão tentar, amanhã, em Brasília, garantir a liberação de recursos para impedir a paralisação das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Vitória. Na tarde de ontem, Hartung conversou com o deputado Renato Casagrande e pediu a ele que acionasse os demais integrantes da bancada para que participem do encontro em Brasília.

Os contatos serão mantidos com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff e com diretores da Infraero. Por conta da falta de dinheiro, o consórcio responsável pelas obras já

Nacional Marinho dos Abrolhos não compromete a produção de petróleo e gás no Estado, nos campos e blocos petrolíferos explorados no Estado.

O campo de Peroá-Cangoá, destacou Vereza, está na Zona de A, mas fora da área de exclusão. O que significa mais rigor no licenciamento, mas limites que não impedem as atividades. O campo de Golfinho e a Unidade de Tratamento de Gás de Ca-

cimbas estão fora da Zona de Amortecimento. Se houver projeto para a duplicação da unidade de tratamento, não haverá problema, explicou.

Ainda não está claro se a portaria afetará a oitava rodada para o leilão de novos blocos, que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizará em agosto próximo. Vereza disse não conhecer o edital que a ANP lançará. Fontes do mercado asseguraram que muitas áreas não poderão entrar no leilão.

Ontem o primeiro secretário da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Santos, enviou ofício à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ressaltando que a portaria do Ibama é prejudicial à economia do Espírito Santo.

O objetivo da portaria é proteger a região de Abrolhos e garantir suas funções ecológicas e sociais. O documento diz: "Fica definida dentro da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos uma área de exclusão, na qual fica proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos".

## Pauta inclui verba para aeroporto

desmobilizou equipamentos e dispensou trabalhadores.

As obras deverão continuar em ritmo lento por mais três semanas e se o dinheiro não chegar as obras param. O prazo de conclusão, previsto para dezembro do próximo ano, já está comprometido.

A previsão para este ano era o repasse de R\$ 148 milhões. Até o mês de abril foram repassados R\$ 20 milhões. Outros R\$ 6 milhões estão previstos para este mês. Para manter o cronograma de execução das obras, dentro da programação, seria necessário o repasse mensal de valor de R\$ 10 milhões.

O gerente de Empreendi-

mentos da Infraero, José Roberto Jung Santos, disse, no início da noite de ontem, ter a expectativa de que os recursos sejam liberados antes da paralisação das obras.

Ele ressaltou, entretanto, que se o dinheiro previsto não for garantido, não haverá condições para que as empreiteiras mantenham as atividades.

Para manter as obras dos projetos que estão em execução em todo o país, a Infraero precisa da liberação de R\$ 800 milhões neste ano. A expectativa era que a União repassasse o dinheiro no final da primeira quinzena deste mês, o que ainda não ocorreu.